



INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS: DO ORALISMO À PROPOSTA BILÍNGUE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

INTRODUCTION TO THE STUDY OF DEAF EDUCATION: FROM THE ORALISM TO THE BILINGUAL PROPOSAL IN THE PROCESS OF LITERACY.

João Guilherme Rogrigues Mendonça
Márcia Cristina Florencio Fernandes Moret

RESUMO

O ensino da língua portuguesa faz parte do currículo escolar regular e seu domínio estabelece uma relação com a sociedade, constituída pela maioria de ouvintes. Nesse ponto existe a preocupação da educação dos surdos, que estão concluindo o ensino médio sem saber ler e/ou produzir na língua portuguesa. Essa problemática afeta o desenvolvimento social desses sujeitos, uma vez que a língua portuguesa é sua segunda língua e LIBRAS sua língua materna. Esse conflito mostra que o aluno surdo é incluído nas escolas regulares, mas sem o direito a uma educação bilíngue, que dispõe o ensino e uso da LIBRAS nas aulas. Essa pesquisa de cunho bibliográfico tem como objetivo mostrar a eficácia da proposta bilíngue no processo de alfabetização dos surdos e proporcionar mais oportunidades e qualidade no processo educacional, uma vez que o oralismo e o bimodalismo/comunicação total não foram capazes de sanar a problemática quanto à alfabetização.

PALAVRAS – CHAVE: Bilinguismo; Alfabetização; Libras.

ABSTRACT

The teaching of the Portuguese language is part of the regular school curriculum and its command provides a relationship with the society that is formed mostly of hearing. At this point, there is a concern of the deaf education, who are concluding high school without knowing how to read and/or produce texts in Portuguese. This problem affects the social development of these subjects, since the Portuguese is their second language and their mother tongue is the Brazilian Sign Language (LIBRAS). This conflict shows that deaf students are included in regular schools, but without the right to bilingual education, which offers the teaching and use of LIBRAS in class. This bibliographic nature research aims to show the efficiency of bilingual proposal on deaf literacy process and offer more opportunities and quality in the educational process, since the oralism and bimodal bilingualism / total communication were not able to solve the problem with the literacy.



KEY - WORDS: Bilingualism; Literacy; Brazilian Sign Language (LIBRAS).

INTRODUÇÃO

A educação dos surdos no Brasil é reconhecida dentro do cenário da inclusão escolar, que segundo Sasaki (1997, p. 81) postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para o trabalho com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. Ao longo da trajetória da educação dos surdos é visível as batalhas e conseqüentemente as conquistas adquirida por eles, mas ainda há muito a ser feito. Durante a história, essa educação passou por duas fases: a primeira Oralista que tinha como objetivo a recuperação dos surdos, ou seja, uma tentativa de fazer com que os surdos se comunicassem oralmente, uma vez que não podiam usar a língua de sinais. Essa “recuperação” seria a “cura” da surdez, pois não permitindo que os mesmos utilizassem a língua de sinais em nenhum ambiente seriam obrigados a se curar e começar a falar. A segunda fase foi o Bimodalismo ou Comunicação total como é conhecida, permitia uso da língua de sinais e oral ao mesmo tempo, mas como principal objetivo o ensino da Língua Portuguesa, assim desrespeitando a língua materna do surdo.

Atualmente a luta da comunidade surda é implantar a proposta da educação bilíngue, sendo essa a nova fase da educação dos surdos que tem como objetivo uma educação de qualidade, onde os conteúdos são ensinados na primeira língua do surdo (L1) – Língua de Sinais – LIBRAS e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

No contexto escolar atual essa educação ainda é uma utopia, uma vez que:

A criança surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português. Várias tentativas de alfabetizar a criança surda por meio do português já foram



realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 23).

Isso faz com que o aluno surdo perca o direito já conquistado na lei que é a garantia de uma educação Bilíngue. Nessa abordagem Quadros & Schimiedt (2006, p.143) aponta que os surdos têm o direito de ser alfabetizado com a Libras, sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de se interagir com os ouvintes e toda a sociedade. Vale ressaltar que os surdos usuários da LIBRAS devem ter a plena consciência da importância da língua portuguesa, pois a alfabetização, nessa língua é importante para seu desenvolvimento social, uma vez que o mundo a sua volta é usuário da língua portuguesa, além de viabilizar melhorias no acesso à universidade, onde precisará produzir textos, artigos, relatórios entre outros. Mas isso não significa deixar sua língua materna, e sim usufruir das duas línguas, se expressando e comunicando através da língua de sinais, mas produzindo em língua portuguesa. A escola por sua vez deve respeitar os alunos com necessidades específicas, uma vez que fazem parte da diversidade que segundo (GOMES, 2007, p.18) é “um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem” Dessa maneira o processo educacional dos surdos ocorrerá com sucesso e eficácia, dando lhes uma verdadeira alfabetização e preparo para o futuro.

A PROPOSTA BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Na atual Política Nacional de Educação do nosso País, existem diversas Leis, Decretos, e outros documentos que norteiam a educação inclusiva, a mais recente é a 13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é



destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No que tange aos surdos, assegurar o exercício de sua cidadania é garantir a eles uma educação de qualidade.

No artigo VI do Decreto 5.626/05 Art. 22 fomenta que:

I - As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A educação para surdos vem ganhando destaque ao longo da história, pois passa por várias lutas e conquistas. Uma das conquistas mais relevantes adquiridas por eles é o reconhecimento da língua sinais – LIBRAS através da Lei nº 10.436/02 onde profere no Art. 1 “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Seguindo em parágrafo único complementa:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”(BRASIL, 2002)

Quando falamos na educação do surdo é preciso conhecer um pouco sobre o processo histórico desse assunto. A educação dos surdos passou por duas importantes fases, sendo a primeira a fase oralista (COUTO 1988), que buscava recuperar o surdo da deficiência, ou seja, uma reabilitação da fala, fazer o surdo se comunicar através da língua oral, “o oralismo não permite que a língua de sinais seja usada nem mesmo em sala de aula nem no ambiente familiar, mesmo sendo esse formado por pessoas surdas usuárias da língua de sinais”(QUADROS,2008,pg.22).

A segunda fase se constituía pelo bimodalismo ou comunicação total como também era chamado, proposta essa que:



Permite o uso da língua de sinais com o objetivo de desenvolver a linguagem da criança, mas sendo usado como recurso para o ensino da língua oral'. Os sinais passam a ser usados junto com a língua portuguesa, mas na estrutura da língua portuguesa. (QUADROS, 2008. pg.24).

Sobre essa proposta Sacks (1990) e Ferreira Brito(1993) criticam, pois dizem ser inviável o ensino de duas línguas diferentes ao mesmo tempo, sendo essa ineficaz para a alfabetização do surdo:

Não é possível efetuar a transliteração de uma língua falada em sinal palavra por palavra, ou frase por frase, as estruturas são essencialmente diferentes.[...] e, no entanto, os surdos são obrigados a aprender os sinais não para ideias e ações que querem expressar, mas pelo sons fonéticos[..] que não podem ouvir (SACKS,1990,pg47).

O bilinguismo surgiu após toda essa problemática entre oralismo e comunicação total, onde foi observado que nenhuma das duas propostas estava obtendo êxito na alfabetização e no desenvolvimento dos surdos. Essa proposta bilíngue surge como “salvação” para o processo de melhoria da educação do surdo, pois mostra a preocupação em respeitar a língua materna do surdo a L1 e ensiná-lo a L2.

A proposta bilíngue segundo Quadros (2008. pg.32 e 33) é trabalhar todos os conteúdos na língua nativa das crianças surdas, ou seja, LIBRAS e trabalhar a língua portuguesa momentos específicos das aulas com leitura e escrita da língua.

O bilinguismo é a proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar.[...] essa proposta é apontada como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte do pressuposto para o ensino da língua escrita (SKLIAR, 1995) citado por Quadros (2008, pg.27).

Com o surgimento do Bilinguismo, oferecido ao surdo, é priorizado a Língua de Sinais como sua primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, não fala mais de limitações, mas sim de novas possibilidades. Vê a Língua de Sinais como seu maior meio de concretizar a aprendizagem, dessa forma pode-se deduzir que a oferta de oportunidade educacional sempre favorece para a melhoria do desenvolvimento lingüístico dos surdos e isso é imprescindível para a evolução de cada um deles.



A língua de sinais deve ser respeitada e valorizada, uma vez que faz parte das diversidades da escola e quando se fala em diversidade vale ressaltar que:

Ela é a norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, também, diversidade biológica. Algumas delas provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas, as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais (LIMA, 2007, p.20).

Sendo assim deve se buscar alternativas e adaptações para essa educação inclusiva, dando oportunidades que antes não foram dadas, propiciando e ofertando uma educação de qualidade, respeitando todos de um modo geral, sem nenhuma distinção ou preconceito, pois o papel da educação é oportunizar novos conhecimentos e o pleno desenvolvimento social do educando.

Apesar se ser garantido uma educação bilíngue desde 2005 pela Lei 10.436, vemos que ainda há uma constante luta por esse direito e quando se busca por uma educação bilíngue é relevante destacar que para que está aconteça, é imprescindível profissionais especializados e que possuam algumas características como é referido por Davies(1994, p. 111-112) em Quadros(2008, pg.33):

- a) o professor deve ter habilidade para levar cada criança a identificar-se como um adulto bilíngue;
- b) o professor deve conhecer profundamente as duas línguas, ou seja, deve conhecer aspectos das línguas requeridos para o ensino da escrita, além de ter bom desempenho comunicativo;
- c) o professor deve respeitar as duas línguas, isso não significa tolerar a existência de uma outra língua, reconhecendo o estatuto linguístico comum a elas e atentando às diferentes funções que cada língua apresenta para a criança.

Dentro dessa concepção bilíngue é criado um ambiente apropriado para o processo de ensino/aprendizagem, respeitando as duas línguas L1 e L2 e assegurado o pelo desenvolvimento da criança surda, pois oportuniza o acesso completo aos conteúdos curriculares.



A proposta bilíngue é a mais indicada para alfabetização do surdo, uma vez que levará os conhecimentos científicos ensinados na Língua Portuguesa passados para Língua de Sinais. Nessa proposta os materiais devem ser adaptados pelo professor em parceria com o tradutor interprete de Libras, devem ser inseridos imagens nas palavras chaves do texto, usar vocabulários escritos e com imagens, entre outros. Lembrando sempre que o surdo é visual e precisa desse recurso para sua aprendizagem. “O trabalho pedagógico requer muita flexibilidade e criatividade dialógica sinalizada, sempre reafirmando a importância da compreensão da cultura Surda existente” (VILHALVA, 2007, p.1)

Para esse trabalho de alfabetização é importante ressaltar que o professor precisa conhecer a cultura desse aluno [...] conhecer a Cultura Surda através da participação e vivência na comunidade Surda, aceitação da diferença e paciência para inteirar – se nela (VILHALVA, 2007, p.1).

Segundo Vilhalva (2007) a alfabetização de alunos surdos é um choque tanto para o professor ouvinte como para os alunos Surdos, por não entenderem de imediato o complexo linguístico da língua um do outro, dessa forma não é um processo simples e exige uma dedicação e formação para tal processo.

Nessa ótica do contexto histórico e atual, percebe-se que nem todas as escolas estão preparadas para atender tamanha demanda, uma vez que está não é uma tarefa fácil, também por falta de profissionais capacitados, mas como é uma realidade que não se pode fugir, é preciso um despertar da sociedade, uma readaptação curricular, pois a Lei é clara e garante o pleno desenvolvimento e inclusão desses em escolas regulares. A escola deve oferecer um currículo para a formação humana que “é aquele orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, Está, assim, a serviço da diversidade”(LIMA, 2007, p.20). Contudo é importante um posicionamento a respeito dessa proposta e a busca de adaptações para o atendimento dessa demanda. Dessa forma a problemática será minimizada e no futuro não teremos tantos surdos



sendo excluídos no processo de escolarização e do mundo por não terem total domínio da Língua Portuguesa.

LINGUAGEM NAS AULAS E A IMPORTÂNCIA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE

Vygotsky (2001) afirma que a linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica do ser humano, ela faz a mediação na estruturação dos processos cognitivos, possibilitando assim a construção do conhecimento do ser humano. Assim o aluno surdo encontra dificuldade para se comunicar com as pessoas do grupo pelo qual está inserido. Com essa dificuldade do atraso da linguagem as crianças surdas podem apresentar algumas consequências como: emocional, social e cognitiva.

O processo de inclusão está cada dia mais presente e devemos nos preparar para fazer a recepção desses alunos da melhor maneira possível. Para isso é necessário à adaptação das escolas, formação aos professores, uso de recursos tecnológicos, adaptação curricular, currículo humanista, tudo se proporcione a essa clientela uma educação de qualidade.

O professor tem um papel muito relevante na vida escola do aluno, pois passam muito tempo juntos, além de ser o principal responsável pela adaptação do aluno na escola, pois é ele quem vai possibilitar a acessibilidade na classe regular. O mesmo deve trabalhar de forma sistemática, onde proporcione ao aluno melhor participação e integração com a turma. Ele deve construir um plano de aula que se comprometa em mudar a realidade, onde respeite a aprendizagem nos diferentes ritmos e a diversidade de cada um.

“ O professor ouvinte deverá ficar atento, pois tudo em seu comportamento há uma explicação de construção dialógica quanto a questão de língua, cultura e participação real na educação escolar conforme as exigências” (VILHALVA, 2007, p.2)

A linguagem durante a aula ainda é um barreira a ser vencida, uma vez que existe falta de formação docente como afirma Machado & Vitaliano(2009, p. 2):



[...]é unânime a constatação de que os professores atuantes em todos os níveis de ensino não estão preparados para incluir alunos com NEE, bem como os cursos de formação de professores, em sua maioria, ainda não estão propiciando formação adequada. Aliás, muitos ainda não dispõem de disciplinas que abordem tal questão.

Outra vez professores não buscam formação pois tem uma visão errônea do papel do intérprete como cita Guarinello (2006): “[...] o intérprete parece significar algo miraculoso e capaz de promover aos alunos surdos uma aprendizagem efetiva”, mas sabe-se que não basta somente a presença do interprete, o professor em sala de aula é o condutor do conhecimento, ele deve desenvolver procedimentos pedagógicos que possibilite a efetivação da aprendizagem.

O profissional tradutor intérprete de LIBRAS facilita a comunicação dentro e fora da sala de aula, evitando muitas vezes do aluno surdo ter que fazer leitura labial e perder uma grande parte das informações dadas durante a aula, uma vez que não domina a língua portuguesa, e também pela velocidade na fala, ou até mesmo quando o professor fala de costas pra turma.

O intérprete é aquele que tem o papel de intermediar a comunicação entre o idioma do emissor ao idioma do receptor. Dispõe da capacidade técnica para realizar escolhas lexicais, estruturais e semânticas apropriadas às duas línguas em tramite na interpretação. Possibilita tanto ao emissor quanto ao receptor entender e ser entendido nas nuances de suas respectivas línguas (QUADROS, 2004, p.80)

O intérprete deve traduzir não só para o aluno surdo, mas também para os demais alunos e professores que não sabem libras. Segundo Metzger (1999) citado por Leite (2005, p. 49) o intérprete é um ajudador, um condutor, um facilitador da comunicação e especialista bilíngue e bicultural. Nesse contexto durante o processo educacional o intérprete será um apoio para o professor como previsto na Lei, onde diz que:

Para o acesso das pessoas surdas à educação, sejam adotados mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da língua portuguesa (BRASIL, 2005).



Durante o trabalho do tradutor intérprete de Libras a transmissão do conhecimento se faz de forma a não perder a essência do contexto e da historia.

A transmissão da mensagem deve ressaltar ao fundamento sem se perder nos particulares. O aluno Surdo não está treinado a elucubrar, isto é, ele não exprime ideia de: lugar onde está; tempo que algo sucedeu ou em que faz alguma coisa; modo de ser; estado; sentido ou sentimento, o destino ou o fim de uma ação quando o professor está falando como na percepção racionalizada pelo professor, mas sim intuir (deduzir ou concluir por intuição, ato de ver, perceber, discernir, percepção clara e imediata, pressentimento pelas ações que capta do professor.). Por isso a mensagem deve acontecer através da apresentação de um fato conhecido (VILHALVA, 2007, p.2).

Segundo a Lei 13.146/15 em seu artigo 28 diz que o tradutor intérprete de Libras possui uma formação para esse trabalho em sala de aula:

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.(BRASIL,2015)

Sendo assim conclui-se que o trabalho do intérprete não é uma tarefa fácil e exige muito do profissional.

A INCLUSÃO DOS SURDOS NA SOCIEDADE

Há no meio social a visão do homem padronizado, os mais inteligentes são vistos como normais, atendendo os padrões sociais e os menos inteligentes e deficientes são taxados de diferentes. Existe um padrão de normalidade, porém passa despercebida que



a sociedade se compõe de homens diversos, onde ninguém é igual ao outro e cada um tem um tem sua personalidade, peculiaridade e diversidade.

No que tange a perspectiva da educação inclusiva deve-se pensar sempre que nós temos “[...] a chance de abrir portas que nunca seriam abertas na escola brasileira e de promover mudanças, inclusive no que diz respeito ao que é aprender e ao que é ensinar” (GURGEL, 2007, p. 41). Deve-se estar sempre em busca do aperfeiçoamento e nunca ter vergonha de assumir que não somos donos do saber, a cada dia temos que aprender á aprender, ou seja, cada dia aprender algo novo, que possa nos ajudar na construção de uma escola inclusiva e preparada para atender a todos de forma responsável e eficaz, além de proporcionar a verdadeira inclusão e não a simples inserção desses alunos as salas regulares.

Uma sociedade inclusiva é aquela que utiliza “[...] as diferenças para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos “(PAULA & COSTA, 2007, p. 6). Uma sociedade inclusiva é aquela que aprende a lidar com as diferenças e buscar tratar todos da mesma forma, sem preconceitos e sem discriminação.

Vemos que infelizmente a sociedade ainda se pende nos padrões e estereótipos de perfeição, e esquece o lado humanista, considerando que todos os seres humanos possuem sentimentos e suas limitações.

A sociedade deve observar que existe muita discriminação e exclusão, e isso é ocasionado pelas ações do homem, e essa atitude impensada acarreta sofrimento e dificuldade aos deficientes, muitas vezes tirando qualquer chance ou oportunidade dessa pessoa ingressar no mercado de trabalho, conviver no meio social e até mesmo de estudar.

Diante do exposto vale ressaltar que é preciso um novo olhar para essa população, pois precisam de atenção, compaixão e sobretudo respeito. Assim conseguirão lutar por seus ideais, adentrarem no mercado de trabalho, ter oportunidades e acima de tudo igualdade.



O PAPEL E A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA

Diante da realidade encontrada nas escolas, pode-se perceber que a maioria delas não está preparada para atender essa clientela. Muitas vezes as mesmas não estão buscando mudanças e nem se adequando para ser uma escola inclusiva, às vezes por comodismo ou falta de professores capacitados para atender esse demanda.

As escolas, no entanto devem estar cientes de como o mundo está em constante evolução e exigindo mais do ser humano a cada dia que passa. Elas devem buscar e lutar por seus objetivos e se adequar para essa nova realidade que é a inclusão. Essa transformação exigirá muita luta dedicação e perseverança. Não é fácil se tornar inclusiva, mas é necessário, pois há muitas crianças brasileiras necessitadas de educação especializada.

É fundamental que a escolas tenham profissionais com interesse e sobre tudo amor, para trabalhar com essa deficiência, pois só com muito amor e paciência conseguiram atingir seus objetivos que devem ser: recebimento e acolhimento adequadamente para essa clientela, proporcionar uma educação de qualidade e perspectiva de vida profissional e social adequada a esses alunos.

A primeira evidência que surge desse modo de ver a escola, e torna-se claro, é que a educação deve estar voltada para os valores humanos, e que permita a transformação da sociedade, acreditando nas diferentes possibilidades e nos diferentes caminhos que cada um traça para a sua aprendizagem, que possibilite a convivência e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Percebe-se que as escolas não estão capacitadas suficientemente para tamanha receptividade e inclusão dos alunos surdos, uma vez que a sociedade os distingue dos demais. Com isso aumentam as necessidades de planejamentos de programas educacionais no espaço físico, para que possam oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem.



Desde o século XX, com a Declaração de Salamanca, se busca por escola transformadora, que preze pela qualidade no ensino e esteja apta a incluir todas as crianças, não importando qual seja a sua deficiência. Mas até os dias de hoje, percebe-se que há resistência para inclusão.

Muitos estudos já realizados sobre inclusão mostram os caminhos, a necessidade e a importância de uma escola inclusiva, mas são poucas as que buscam pela inclusão, pois é um trabalho que exige muita dedicação, profissionais capacitados, além de um acompanhamento mais criterioso ao aluno com deficiência. A lei é clara, e todos têm direito a escola e a uma educação de qualidade, e a verdadeira escola inclusiva, é aquela que modifica suas estruturas, metodologias entre outros, para poder se adaptar a necessidade desses alunos especiais. É aquela que consegue romper com a desigualdade e com os preconceitos, que busque despertar no aluno o desejo de aprender e ensinar e de transformar o mundo.

Para sanar essa problemática é necessário buscar através da lei os caminhos a serem seguidos, e assim alcançar o idealizado por todos, que é a inclusão. Dessa forma ela acontecerá sem perda do essencial e sem prejuízos ao futuro de cada um. Esses alunos farão a construção de seu conhecimento e se tornarão pessoas críticas e que buscam e lutaram por seus direitos.

Sabe-se que os sistemas de ensino devem dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos e que a inclusão é um grande desafio, mas pode ser conquistado de forma harmoniosa, desde que haja a vontade de fazer a diferença.

Essa política educacional pode facilitar ou dificultar a vida de um aluno surdo, pois depende de como será trabalhado esse tema na escola. Se for trabalhada de forma inteligente poderá facilitar a vida dos alunos surdos que precisam e necessitam da escola. A inclusão pressupõe a diversidade a democracia e a liberdade de todos, deve ser uma ajuda mutua entre toda a escola, pois para se obter êxito é necessário de muita ajuda e compreensão ao próximo.



O que é idealizado pela legislação é bem diferente da realidade escolar do nosso dia a dia, pois a vida das pessoas com necessidades especiais é bem sofrida, por mais que a escola lute para se adaptar, faltam recursos, estrutura e pessoas especializadas para atender essa necessidade.

Sendo assim as escolas podem e devem buscar seus direitos, e se tornarem inclusivas, pois só assim conseguirá transformar a sociedade em mais justa e democrática, dando direitos a todos de exercerem sua cidadania.

A escola só pode receber um aluno surdo para inclusão em classe comum, quando houver garantia de complementação curricular, como: Sala de Recursos, professor intérprete e condições para esse atendimento.

Os professores e demais educadores que atuam junto ao aluno surdo, devem estar atentos na interação desses alunos, pois ele deve ser tratado como uma pessoa normal, não havendo discriminações e nem preconceitos.

Nesse contexto a proposta adotada pela escola para o ensino dos surdos deve ser a bilíngüe, uma vez que oportunizará aos alunos uma aprendizagem significativa e avanços no processo escolar. Dessa maneira fará a verdadeira inclusão que é garantir o ensino na língua materna do surdo.

RECURSOS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS SURDOS

A escola regular inclusiva deve dispor de uma sala de recursos para facilitar o atendimento aos alunos surdos e promover seu processo de inserção na sala de aula, além de um professor especializado para esse atendimento. Esse profissional irá ajudar e auxiliar o alunos surdos no processo de alfabetização da Língua portuguesa e ensino da LIBRAS quando ainda não for alfabetizado na sua língua materna, além de apoiar o professor da sala regular no processo educacional desse aluno.



O atendimento no AEE (Atendimento Educacional Especializado) não é diário, mas ocorre semanalmente: uma ou duas vezes na semana, sendo estabelecido isso na efetivação da matrícula do aluno.

Para esse atendimento no AEE deve ser pensado em um plano de ação individual, pois nesse será especificado as formas de trabalho, atividades, objetivos, finalidades e metas, tudo visando o pleno desenvolvimento do aluno, além de ser o suporte para os professores. Esse plano de ação é de grande relevância também para a escola, uma vez que poderá mostrar os procedimentos, técnicas e metodologias que foram utilizadas no processo de ensino-aprendizagem do aluno, também ter documentado todo o trabalho desenvolvido com o mesmo. Esses documentos devem ser montados em forma de portfólios, assim quando o aluno for pra outra escola poderá levar sua documentação e essa escola dar sequência do trabalho e no processo de ensino-aprendizagem.

A escola precisa possuir estratégias para facilitar a integração dos mesmos no ensino regular, facilitando o processo educacional do aluno e dando suporte necessário a família e a professora da sala regular. É necessário que a escola:

Oportunize um período de adaptação passando primeiramente pelo conhecimento que os alunos trazem de casa e a participação dos familiares será de grande valia. A referência pedagógica se constrói através da comunidade em que vive, para aproximação gradativa das demais realidades, fazendo desenhos, teatro, modelagens e usando o exemplo do próprio Instrutor para fazer os primeiros textos na própria língua de sinais para depois na escrita. (VILHALVA, 2007, p.3).

A sala de recursos é um apoio pedagógico e faz a complementação curricular específica, visando principalmente, o aprendizado da Língua Portuguesa, trabalhando: leitura, interpretação e produção.

O professor da sala de recursos trabalha constantemente, os conteúdos trabalhados em sala de aula, mas utiliza a Língua Brasileira de Sinais, onde ele consegue repassar informações complementares da disciplina, dando ênfase a Língua Portuguesa escrita.



O intérprete de Libras também de suma importância no processo educacional do aluno, uma vez que irá intermediar a conversação em sala de aula, levando a explicação do professor até a língua materna do aluno, além de estabelecer uma relação com o trabalho do professor do AEE, pois juntos poderão desenvolver um trabalho de estímulo do alunos além da sala de aula.

A escola deve conter equipamentos e recursos de apoio para melhoria do atendimento. No que tange a educação dos surdos, é preciso ter recursos como: Dicionário de língua brasileira de sinais-Libras, fita de vídeo com histórias em Libras, material visual, entre outros que visam a educação bilíngue.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi percorrido os conceitos e definições sobre a educação de surdos e as fases da história desde o oralismo e o bimodalismo, até a nova fase e luta dos surdos que é o bilinguismo. Um dos maiores problemas encontrados foi à falta da implantação da proposta bilíngue nas escolas e a luta dos surdos durante toda história na busca por uma educação de qualidade, onde vemos a grande problemática dessa na implantação é o prejuízo e ineficácia na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Conclui-se que diante de tudo exposto é imprescindível que aconteça uma mudança de conduta das escolas por meio de uma compreensão mais ampla sobre o desenvolvimento do bilinguismo, suas concepções e métodos. Cabe ressaltar a importância do professor do AEE e do profissional tradutor intérprete, pois esses viabilizarão o processo educacional dos alunos surdos e serão um dos grandes responsáveis pela permanência e êxito desses alunos nas escolas brasileiras, uma vez que estes são sensíveis e optantes da educação inclusiva.



Assim como uma reestruturação nos currículos e metodologias de ensino. Dessa forma a educação dos surdos será garantida e os mesmos terão oportunidade de se desenvolver tanto no cognitivo quanto nas suas relações sociais.

Dentro dessa visão a Língua Brasileira de Sinais deve ser respeitada, sendo esta imprescindível para seu processo de ensino/aprendizagem, pois será a mediadora para o aprendizado da língua portuguesa.

Considerando todas as afirmativas sobre bilinguismo, podemos afirmar que o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como (L2) para os surdos, pode ocorrer desde que haja o respeito da sua língua materna LIBRAS como (L1).

Portanto vale ressaltar que a proposta bilíngue pode minimizar consequências como analfabetismo do surdo na segunda língua (L2) e capacitá-lo para sua integração da sociedade como um cidadão normal, onde tem seus direitos e deveres garantidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 10.436/2002, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso: em 13 jul. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 13 jul. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 13.jul.2015.

BRASIL. Política de Inclusão. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>> Acesso em 13.jul.2015.

BRASIL. Lei 13.146/15 de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Estatuto da Pessoa com deficiência) . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 03.mar.2016



FERREIRA BRITO, Lucinda. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

Gomes, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. In: __ **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril, ano XXII, n 206, p.39-45. out. 2007.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do Intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Petropolis - RJ: Arara Azul. 2005. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Os-papeis-do-Interprete-na-sala-de-aula-inclusiva.pdf>. Acesso em 04.03.2016

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 56 p.

PAULA, Ana Rita de. COSTA, Carmen Martini. **A Hora e a vez da Família em uma sociedade Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : Il.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997 – reimpressão 2008.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educação no Século XXI: A educação que temos, a educação que queremos**. Cap. 2, p. 38-63. s/d.

SACKS, O. Vendo vozes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SASSAKI, R.H. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2013, 6º edição.



MACHADO, A.C; VITALIANO, C.R. **Percepções de professores da disciplina de libras sobre o processo de inclusão de alunos surdos e as contribuições da disciplina.** In: VIII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina. 2009.

Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08-2013/AT08-001.pdf>. Acesso em: 10/02/2016

VYGOTSKI, L.S. **A Construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VILHALVA, Shirley. **Pedagogia Surda.** São Paulo. Disponível em:

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=977>. Acesso em: 07.06.2016